

A POLIFONIA NAS MANCHETES DE JORNAL

Leusa Cristina Bezerra dos Santosⁱ

Resumo: Neste artigo discutimos, à luz da teoria polifônica da enunciação, de Ducrot (1987), a característica polifônica das manchetes de capa de jornal. Partimos do pressuposto de que emergem das manchetes de jornal vozes que necessariamente não estão ditas na superfície linguística. As suas existência e evidência acontecem de forma subjacente ao enunciado. Como isso acontece e de que forma essas vozes dialogam através do enunciado principal – no caso a manchete de capa – é o ponto central deste estudo. Para tal propósito, este artigo está embasado principalmente na teoria polifônica de Ducrot (1987). O objetivo, aqui, é mostrar a profissionais e estudantes das áreas de Letras, Comunicação e afins como podemos desconstruir um enunciado de um veículo midiático e desvendar conceitos outros que estão no cenário do que não é dito.

Palavras-chave: Enunciação. Polifonia. Vozes. Manchetes de jornais.

Abstract: In this article we discuss in the light of Ducrot's (1987) enunciation polyphonic theory, the polyphonic features from the headlines on a newspaper's front page. We assume that voices that emerge from the newspaper headlines are not necessarily spoken language on the linguistic surface. Their existence and evidence happen behind the enunciation. How this happens and how these voices dialogue through main enunciation – in this case the headlines on the front page – is the focus of this paper. For this purpose, this article is mainly based in the Ducrot's (1987) polyphonic theory. The goal here is to show to professionals and students in the areas of Literature, Communication and related how we can deconstruct an enunciation of a media vehicle and unveil other concepts that appear on the unsaid.

Keywords: Enunciation. Polyphony. Voices. Newspaper headlines.

ⁱ Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Nelly Medeiros de Carvalho. E-mail: leusa.santos@gmail.com.

Introdução

A manchete da capa de um jornal é, acima de tudo, a porta de entrada do leitor para esse veículo midiático e o cartão-postal deste para o leitor. É, também, um enunciado que dialoga com diversos segmentos sociais e é atravessado por discursos heterogêneos.

Há uma infinidade de possibilidades teóricas na análise de manchetes de jornal. E uma delas é o que não é dito explicitamente nesse tipo de enunciado. O veículo enuncia algo na manchete, mas, além desse “algo” que está presente em primeiro plano, há também outros sentidos que emergem do enunciado. E esse fenômeno do aparecimento de sentidos outros está também inscrito no universo teórico da polifonia.

Mas, como esses sentidos outros que não estão na superfície linguística aparecem no enunciado? Este artigo se debruça justamente na tentativa de responder a perguntas. Para tal, tomamos como base a teoria polifônica da enunciação desenvolvida por Ducrot (1987).

O autor considera a presença de vozes nos enunciados. Apresentamos as suas ideias acerca da polifonia com a caracterização dos elementos que dela fazem parte: locutor, enunciatador, sujeito falante e alocutário. Esses elementos constituem o centro da teoria polifônica, são as vozes do discurso. E foi através delas, que pudemos fazer as inferências registradas neste trabalho em relação ao *corpus* analisado.

Como desvendar o discurso da mídia tem sido um objetivo recorrente nas pesquisas de analistas do discurso, julgamos que esta pesquisa é relevante, uma vez que este artigo acrescenta a esses estudos mais um olhar: o da polifonia das manchetes de capa de jornal.

A teoria polifônica da enunciação

Ducrot (1987) parte do conceito de polifonia em Bakhtin para elaborar a base de

sua teoria polifônica da enunciação, estabelecendo, contudo, uma diferenciação entre a visão bakhtiniana e a sua. Segundo Ducrot, Bakhtin concebe como polifonia “a existência de várias vozes que falam simultaneamente nos textos” (*apud* DUCROT, 1987, p. 161). Vale ressaltar que esses textos aos quais Bakhtin se refere são os gêneros literários.

Fazendo uma adaptação do conceito bakhtiniano de polifonia, Ducrot (1987) acrescenta uma perspectiva diferente no *corpus* sobre o qual viria a debruçar-se. O francês adota o campo conceitual da enunciação para postular as suas ideias sobre polifonia e não fica situado apenas nos gêneros literários, como fez o filósofo russo. Vale salientar que essa ampliação discutida por Ducrot (1987) não é uma crítica ao trabalho de Bakhtin, mas a tomada de um *corpus* diferente dos textos literários estudados pelo russo.

Como o objeto de análise quanto ao aspecto polifônico da enunciação é o enunciado, faz-se necessário distinguir os domínios deste em relação à frase. Adotada a conceituação de Ducrot (1987), pode-se associar a frase a um objeto da gramática e, sendo da gramática, através dela – da frase – aparece o enunciado.

O enunciado, por sua vez, é o “acontecimento da frase” (*Ibidem*, p. 164). Baseando-nos nas ideias de Ducrot (1987), podemos dizer que o enunciado extrapola o linguístico e situa-se nos âmbitos contextual e sociodiscursivo. O enunciado é – em sua essência – uma marca de um discurso ou de “um fragmento de discurso” (DUCROT, 1987, p. 166). Efetivamente, uma frase acontece de modo diferente em enunciados situados em contextos distintos.

Desse modo, podemos inferir que o contexto de um enunciado é um elemento determinante para a assimilação de quem o lê. E esse contexto é híbrido, ou seja, não é formado homogeneamente por um tipo de discurso. Muito pelo contrário, o contexto é

atravessado por uma infinidade de discursos, também antagônicos entre si.

O resultado das diferentes vozes em um discurso, das ações dos agentes envolvidos convergem para um acontecimento sem o qual a análise linguística ficaria empobrecida de aporte teórico: a enunciação. Para Ducrot (1987), a enunciação é um acontecimento histórico, “constituído pelo aparecimento de um enunciado” (p. 168).

O autor do enunciado é necessário para que o enunciado surja, mas não basta para caracterizar a enunciação. Na verdade, o que Ducrot (1987) quer destacar é a possibilidade da conceituação de enunciação independentemente de quem é ou são seus sujeitos falantes, seus autores.

E o sujeito não é único. É dessa ideia que parte Ducrot (1987) para expor e justificar a sua teoria polifônica da enunciação. Para ele, a unicidade do sujeito falante não se sustenta. Para um determinado enunciado, existe alguém que fala, mas esse alguém pode ser uma ou mais de uma pessoa.

Primeiramente, Ducrot (1987) atribui ao locutor **L** a marca de primeira pessoa. Mas, mesmo essa característica não garante que **L** pode estar falando. Segundo o linguista francês, **L** pode também ser acompanhado por outra voz, a de um enunciador **E**, ou mais de um. Assim sendo, segundo a teoria polifônica de Ducrot (1987), tem-se pelo menos dois tipos de personagens envolvidos numa enunciação: o locutor e o enunciador.

O locutor **L** é o ser ao qual é atribuída a responsabilidade pelo enunciado. Uma marca evidente da sua presença é o pronome “eu” e outros sinais que evidenciem o aparecimento da 1ª pessoa. O francês também alerta para a possibilidade de um enunciado ser atravessado por mais de um locutor, mas isso não invalida o método de identificação dos “locutores” enquanto seres responsáveis pelo enunciado.

No entanto, nem sempre **L** é o produtor do enunciado. Este, o produtor, seria o que Ducrot (1987) chama de “autor empírico” do enunciado, ou “autor real”, ou “sujeito falante”. Locutor e autor empírico podem ser pessoas diferentes porque falam de lugares diferentes e têm papéis diferentes numa enunciação, ou podem ser a mesma pessoa, desempenhando funções distintas numa determinada enunciação. Cabe ao autor empírico, portanto, ser o autor real do enunciado. O locutor **L** é uma ficção discursiva, que só existe enquanto responsável pelo enunciado, como esclarece Ducrot (1987).

Da noção de locutor, Ducrot (1987) desmembra esse ser em **L** (locutor enquanto tal) e **L'** (locutor enquanto ser no mundo). **L** continua sendo, portanto, o responsável pela enunciação e **L'** é o ser que o pronome “eu” designa, embora este só seja identificável através de **L**. O **L**, portanto, não assume uma posição no enunciado, deixando para **L'** essa tarefa. Pode se dizer que **L'** é a parte que se posiciona no enunciado, diferentemente de **L**, que não assume posições, apenas as enuncia. Essa distinção dentro da figura do locutor é a primeira forma de polifonia em casos classificados por Ducrot como sendo de “dupla enunciação” (DUCROT, 1987, p. 191). Contudo, em enunciados onde não há essa ocorrência, **L** e **L'** se fundem.

Existe, ainda, a segunda forma de polifonia através da qual Ducrot (1987) introduz a figura do enunciador (**E**), e que é bem mais frequente que a primeira descrita anteriormente. Conforme o linguista, o enunciador é o ser que se manifesta através da enunciação sem que a ele seja atribuída a palavra. Ou seja, o enunciador não fala no enunciado, mas é “falado”. O enunciador é, por exemplo, uma opinião que emerge discursivamente de um enunciado.

O enunciador é, em essência, uma figura marcada pela subjetividade. É um sujeito que

não é o sujeito real e nem o ficcional, mas outro tipo de sujeito: aquele que expressa visões outras, antagônicas, irônicas, enfim, diferentes do que é dito por **L**.

E, dentro da possibilidade de várias perspectivas, à negação é dado um lugar de destaque na teoria polifônica de Ducrot (1987). Segundo ele, um enunciado com marcas de negação faz aparecer mais facilmente o seu contraponto afirmativo. Já o contrário não ocorre dessa forma. Em um enunciado afirmativo, a sua contraparte negativa fica mais próxima à subjetividade, embora também seja perfeitamente possível identificá-la.

Mas sobre esse aspecto é importante fixar-se que em todo enunciado – seja negativo ou afirmativo – há o seu contraponto. E essa identificação significa a identificação dos enunciadores envolvidos no enunciado, além do locutor, que pode estar distanciado de um enunciador e assimilar o ponto de vista de outro enunciador. Estabelecer que para cada afirmação ou negação exista o seu respectivo contraponto é identificar em um discurso as várias vozes que dele emergem.

Para melhor explicar a noção de locutor e enunciador, delimitando suas fronteiras, Ducrot faz comparações com o teatro: “Direi que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor” (DUCROT, 1987, p. 192). Dessa forma, o enunciador é uma figura mais ficcionista do que o locutor, pois este ainda pode coincidir ou não com o autor real, mas aquele (enunciador) é fruto do sentido discursivo do enunciado.

Nessa comparação com o teatro, Ducrot (1987) traça um paralelo com a teoria da narrativa, apresentada em 1972 pelo crítico literário francês Gérard Genette, a fim de distinguir as características e funções dos elementos atuantes na enunciação. Em Genette (apud DUCROT, 1987), existe um autor – que é o produtor real de uma narrativa –, um

narrador – que é uma figura relatora da narrativa, mas que só existe na ficção, sendo, portanto, uma criação do autor real. E ainda há o “centro de perspectiva” ou “sujeito de consciência”. Este é aquela figura que “vê os acontecimentos” (apud DUCROT, 1987, p. 191), é quem tem uma visão diferente da visão do narrador.

Ducrot (1987) apropria-se dessas definições e relaciona-as aos elementos da sua teoria polifônica da enunciação. O autor em Genette corresponde ao sujeito falante em Ducrot. É aquele que é o produtor efetivo do enunciado, mas que permanece exterior ao sentido do mesmo. Com o narrador, em Genette, identifica-se, em Ducrot, a figura do locutor, que é aquele responsável pelo enunciado, o produtor ficcional do enunciado. E, finalmente, o correspondente do “centro de perspectiva” da narração de Genette é o enunciador. Este é, em Ducrot (1987), o (s) ponto(s) de vista do enunciado, que necessariamente não se confunde (m) com o(s) do locutor ou do sujeito falante.

Esquemmatizando, temos:

GENETTE (1972)	DUCROT (1987)
Autor	Produtor efetivo do enunciado
Narrador	Locutor (L)
Centro de perspectiva (sujeito de consciência)	Enunciador (E)

Esses elementos não são correlacionados apenas conceitualmente, mas também funcionalmente, como coloca Ducrot (1987):

O locutor fala no sentido em que o narrador relata, ou seja, ele é dado como a fonte de um discurso. Mas as atitudes expressas neste discurso podem ser atribuídas a enunciadores de que se distancia – como os pontos de vista manifestados na narrativa podem ser sujeitos de consciência estranhos ao narrador (p. 196).

A figura do enunciador possibilita ao sujeito falante e ao locutor expressarem ideias das quais eles não querem assumir a autoria. Essa característica é muito explorada no discurso das mídias, que recorrem à estratégia de atribuir a outro o que foi escrito numa determinada manchete ou matéria jornalística.

A identificação das três figuras da teoria polifônica de Ducrot (1987) – sujeito falante, locutor e enunciador – e uma análise de como as vozes dessas figuras aparecem em um discurso e o que dizem, possibilitam ao analista desconstruir um enunciado e recuperar as origens discursivas deste.

Análise do corpus

É apresentada, a seguir, a análise de um *corpus*, ou seja, de uma manchete de capa de jornal. Selecionamos para este artigo a manchete “A igreja que pode tudo”, publicada pelo jornal Diário de Pernambuco. Na análise a seguir serão identificadas as vozes presentes no discurso das figuras do locutor e do enunciador à luz da teoria polifônica de Ducrot (1987).



Figura 1 - Diário de Pernambuco, manchete de capa, 15.11.2009

A seguir, a transcrição do texto da manchete:

FUNDADA HÁ SEIS MESES NO RECIFE, A IGREJA INCLUSIVA NÃO CONSIDERA A HOMOSSEXUALIDADE UM PECADO E APRESENTA UMA LEITURA DIFERENTE DA BÍBLIA: “O MESMO VERSÍCULO QUE CONDENA A UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO PROÍBE TAMBÉM O CONSUMO DE MOLUSCOS, DE PORCO E O CORTE DE BARBA E CABELO”, EXPLICA TIMÓTEO REINAUX (FOTO). O ARQUITETO ZEZINHO SANTOS, QUE TEVE SEU CASAMENTO CELEBRADO POR UM PASTOR DA IGREJA COMPLETA: “SE É PARA SEGUIR A BÍBLIA AO PÉ DA LETRA, POR QUE NÃO SE SEGUE TUDO?”. REINAUX TROUXE A IGREJA PARA A CAPITAL PERNAMBUCANA E ESTÁ CONSEGUINDO ATRAIR JOVENS FIÉIS, APESAR DA INCLUSIVA (SIC.) TER UMA DOUTRINA QUE NÃO É PERMISSIVA A TUDO.

VIDA URBANA C4

As vozes

O título da manchete dá margem a, pelo menos, três inferências: (1) uma igreja que pode tudo (tem o poder de tudo); (2) uma igreja em que se pode fazer tudo (onde é permitido fazer tudo) e (3) a igreja que proíbe (onde nem tudo é permitido). Esta última inferência até se contrapõe às anteriores porque, mesmo em se tratando de uma matéria sobre uma igreja que prevê alguma liberdade, emerge do enunciado uma voz que fala de proibição. Para uma igreja que permite tudo, há outra que proíbe pelo menos parte desse “tudo”.

Essas três interpretações são as “vozes” que emergem da manchete, enunciadas por um locutor **L** que, no caso, é o jornal enquanto meio de comunicação de massa. Em (1), fala um enunciador **E1**, que diz existir uma igreja que tem o poder de tudo, é capaz de tudo. Em (2), outro enunciador, **E2**, fala de uma igreja na qual se pode fazer tudo, onde é permitido tudo. Em (3) há o enunciador da negação, o **E3**, a voz contrária às duas inferências anteriores, especificamente à (2) – uma igreja

na qual se pode fazer tudo. **E3** faz o contraponto afirmando que, para uma igreja permitir tudo, há outra igreja proibitiva, ou seja, não permissiva em relação a tudo. Há ainda a possibilidade de identificar o alocutário, elemento da teoria polifônica de Ducrot (1987), ao qual é direcionado o discurso, mas que também fala neste discurso.

O alocutário **A** é mais de uma pessoa, no sentido de extrato social. É o homossexual que se sente à margem de um reconhecimento religioso, também é um heterossexual alheio às proibições dogmáticas da Igreja Católica. Pode haver ainda outros personagens que se encaixem nesse papel de alocutário: ateus, membros de outras crenças etc.

A foto usada para ilustrar a manchete possui características heterogêneas. A imagem representa o obreiro da igreja, Timóteo Reinaux, citado no texto abaixo da manchete. Pode-se observar que ele tem as sobrancelhas bem desenhadas, como se tivessem sido esculpidas com uma pinça, e tem um olhar direto para o leitor.

A aparência facial descrita pode estar ligada ao estereótipo do homossexual masculino, cujos traços se assemelham ao feminino, remetendo-nos à ideia de uma igreja que permite a inclusão de homossexuais. O livro que o obreiro traz nas mãos, por cima do qual ele olha, tem escrito na capa “Bíblia Sagrada”. Esse detalhe na composição da foto é uma pista de que a igreja em questão não é permissiva em relação a tudo porque a Bíblia Sagrada é um livro dogmático e, por ser dogmático, possui regras. Emerge também nesse momento a voz de **E3**: a igreja que proíbe, ou seja, onde nem tudo é permitido.

O texto abaixo da manchete está atravessado pelos pontos vista dos enunciadores. Logo no início, no trecho “Fundada há seis meses no Recife, a Igreja Inclusiva não considera a homossexualidade um pecado e apresenta uma leitura diferente da Bíblia”, aparece a voz de **E1**, a qual afirma

que a igreja tem o poder de tudo. Um elemento que marca essa posição é o termo “diferente”, usado para dar uma impressão inicial de uma igreja cujas regras são opostas às ideias contidas na Bíblia.

Em seguida, quando **L**, o jornal, registra a voz do obreiro da igreja, Timóteo, discorrendo sobre o que é proibido num tom de crítica a uma igreja que não aceita homossexuais, é, na verdade, a voz de **E3**, que fala de uma igreja que proíbe: “O mesmo versículo que condena a união entre pessoas do mesmo sexo proíbe também o consumo de moluscos, de porco e o corte de barba e cabelo”, explica Timóteo Reinaux (foto)”.

Quando **L** põe o arquiteto Zezinho Santos fazendo uma crítica ao rigor da doutrina da Bíblia – no trecho “Se é para seguir a Bíblia ao pé da letra, por que não se segue tudo?”, - ouve-se, por meio dele, a voz de **E2**, segundo a qual há uma igreja onde é permitido fazer tudo. Essa voz, no entanto, também é atravessada por **E3**, já que a fala de Zezinho remete à aceitação das proibições contidas na Bíblia. E essas proibições fazem parte da fala de **E3**.

O final do texto é reservado para afirmar o que realmente a igreja inclusiva prega e dá força argumentativa à voz de **E3**, argumentador da proibição. Esse predomínio da voz de **E3** é claramente percebido através do conectivo opositivo “apesar”, no trecho que assume a não liberalidade geral da igreja: “(Reinaux) ...está conseguindo atrair jovens fiéis, apesar de a inclusiva ter uma doutrina que não é permissiva a tudo.” Mesmo discordando do rigor de uma igreja que não aceita homossexuais, Reinaux também mostra compartilhar da opinião de **E3**, de que é preciso haver proibições dentro de uma igreja, mesmo que esta, sim, aceite e realize o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Considerações finais

À luz da visão de Traquina (2008)¹, podemos afirmar que as manchetes possuem uma função jornalística de informar, de chamar a atenção do leitor para um assunto considerado pelo jornal como o mais importante daquele dia. Esse leitor com o qual esse veículo midiático dialoga é heterogêneo, proveniente de camadas sociais diversificadas e, por sua vez, inseridas em contextos diferenciados. Na manchete analisada - “A IGREJA QUE PODE TUDO” - percebemos que, apesar de estar diretamente relacionado ao segmento homossexual, esse enunciado também dialoga com o heterossexual e, também, com outros segmentos sociais, como as pessoas que não possuem religião.

O universo híbrido com o qual dialogam as manchetes de jornais as torna também híbridas. Inferimos, então, que não poderia ser diferente, já que o objetivo maior do jornal, assim como de todo veículo midiático, é a audiência. Um enunciado com várias vozes comunica-se com vários segmentos. As manchetes, nessa ótica, são enunciados heterogêneos, porque dialogam com universos também heterogêneos.

A outra observação nesse estudo é de que essa polifonia na manchete de capa de jornal é essencialmente marcada pela oposição, pela presença de vozes opostas. Mais uma vez podemos dizer que essa inferência relaciona-se com o *corpus* estudado, visto que, se o universo com o qual esse enunciado jornalístico dialoga é híbrido, não poderiam deixar de emergir dele vozes antagônicas entre

si, embora também haja a presença de vozes convergentes. No entanto, a característica da oposição está fortemente presente nesse tipo de enunciado.

Retomamos aqui a pergunta colocada na introdução deste artigo: “Como esses sentidos outros que não estão na superfície linguística aparecem no enunciado?” São as vozes que emergem dos enunciados, estudadas segundo a teoria polifônica de Ducrot (1987), que podem nos responder e nos levar a identificar os sentidos outros. Sentidos que aparecem nos enunciados, no caso a manchete de jornal, sem, no entanto, estarem presentes na superfície linguística. Sentidos que dialogam com nossos conhecimentos de mundo, nossos valores internalizados pelas regras sociais, por valores ideológicos e morais.

Por tudo o que foi analisado, podemos inferir que a característica polifônica na manchete de capa de jornal é resultado do contato dessa mídia, enquanto veículo de comunicação de massa, com um contexto sócio-histórico diversificado e que reúne segmentos sociais heterogêneos. E isso não poderia ser de outra forma uma vez que também o próprio jornal integra esse universo e reproduz, através dele, memórias discursivas esquecidas, discursos naturalizados e toda uma gama de ideias e pensamentos produzidos através de filtros ideológicos.

Este trabalho, contudo, não tem a intenção de se esgotar aqui. Há um conjunto de possibilidades de que se pode lançar mão para análise discursiva das manchetes de jornais e enunciados jornalísticos outros, como em TV, rádio e internet.

A característica polifônica dos veículos midiáticos pode ser trabalhada, por exemplo, em enunciados de tipos específicos como nas reportagens especiais que falam das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que este *corpus* utiliza o discurso do combate à injustiça social, também naturaliza outro discurso, o da resignação social. Este e uma

¹ Nelson Traquina é jornalista, mestre em Política Internacional, doutor em Sociologia, professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Dedicava-se ao estudo e pesquisa na área do Jornalismo, atividade a qual considera de suma importância para a prática jornalística. É autor de vários livros sobre o assunto, dentre eles: *Teorias do Jornalismo vol. 1 – Porque as notícias são como são*. 2 ed.; *Teorias do Jornalismo vol. 2 – A tribo jornalística*. 2. ed. Este último utilizado na preparação deste artigo.

infinidade de temas e abordagens podem ser desenvolvidas à luz da polifonia ou de outras concepções teóricas que trabalhem o discurso.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. 4.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ARRUDA, Maria; PIRES, Maria. Ideologia. In: **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005. p. 143-153.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARROS, Maria. **(RE) Descobrimo o discurso polifônico em textos de alunos universitários: a busca da subjetividade e da alteridade**. (Tese de doutorado). Salvador: Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2007.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 6.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

MAINGUENAU, Dominique **Análise de textos de comunicação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8.ed. Campinas: Pontes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional – vol. II**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

Revisão:

Mirélia Ramos Bastos Marcelino

Mestranda em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz, sob a orientação da Profa. Dra. Vânia Lúcia Torga. E-mail: mireliaramos@yahoo.com.br.